

Difícil cumprir a meta fiscal em 1999

O resultado das contas públicas vem mostrando que o Programa de Estabilidade Fiscal está apresentando resultados, embora algumas de suas medidas estejam sendo contestadas judicialmente. O resultado primário do governo federal de R\$12,3 bilhões, apurado pelo conceito acima da linha pelo Tesouro Nacional, mostrou que o Brasil deve cumprir as metas fiscais com folga de aproximadamente R\$1,5 bilhão no primeiro semestre. O programa previa que o resultado do governo consolidado — que compreende o governo federal, os estados e municípios e as empresas estatais — chegaria a R\$ 12,9 bilhões, ou 2,7% do PIB.

O bom desempenho apoiou-se no aumento da receita líquida, provocado por fatores atípicos que totalizaram mais de R\$ 13 bilhões, o equivalente ao resultado primário no período, como o pagamento de débitos tributários estimado em R\$ 2,4 bilhões e o ganho de arrecadação de cerca de R\$ 2,3 bilhões derivado da desvalorização cambial, além da incorporação de R\$ 878 milhões de depósitos judiciais. A utilização da conta petróleo também vem contribuindo para a expansão da receita, tendo havido o registro de R\$ 1,6 bilhão no primeiro semestre.

Esse bom resultado não foi suficiente para eliminar as incertezas em relação ao cumprimento da me-

ta fiscal para 1999. Para o segundo semestre, a meta de superávit primário é muito mais apertada, ainda mais que o montante de receitas extraordinárias prevê somente uma entrada de R\$ 3,9 bilhões em agosto referente à última parcela da privatização da Telebrás. No terceiro trimestre o superávit do governo consolidado deve somar R\$ 10,9 bilhões, apenas R\$ 2 bilhões a menos do que em todo o primeiro semestre, quando as receitas extraordinárias totalizaram R\$ 13 bilhões.

Mesmo considerando a hipótese otimista de crescimento de quase 15% das receitas da União no segundo semestre, a meta se torna ainda mais difícil se levarmos em consideração que as empresas estatais vêm mostrando que não atingirão os R\$ 3,8 bilhões de superávit previstos no acordo. Nos primeiros cinco meses do ano, as estatais registraram superávit de apenas R\$ 323 milhões, que só não prejudicaram o cumprimento das metas porque o excedente do governo central mais que compensou o fraco desempenho das estatais. Para o segundo semestre, ou as estatais melhoram o desempenho ou o governo central terá de fazer um esforço adicional. Ao analisarmos a composição da despesa fiscal na esfera federal, concluímos que esta é bastante rígida, pois cerca de 75% das despesas do primeiro semestre são não comprimíveis por se tratarem de transferências constitucionais vinculadas, be-

nefícios previdenciários e despesas de pessoal. Os 25% restantes são as despesas com outros custeios e capital (OCC), cuja média mensal, no primeiro semestre do ano, foi de R\$ 3 bilhões, valor reduzido, uma vez que o orçamento da saúde e da educação transitam por essa conta. Para que o orçamento seja respeitado, essa conta terá de atingir média mensal de R\$ 2,7 bilhões, que não parece um nível sustentável durante seis meses consecutivos, dadas as dificuldades políticas na redução de tais dispêndios.

Um fator positivo, já incorporado às nossas projeções, entretanto, foi a decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à cobrança da Cofins sobre os setores de energia e telecomunicações, que deve render, a título de atrasados e depósitos judiciais, cerca de R\$ 3 bilhões referentes ao ano de 1998, que podem ser incorporados à receita ainda neste ano.

Conforme a tabela abaixo, o cumprimento da meta só será possível com alguma medida extraordinária. As receitas totais do governo federal atingiriam R\$ 106,6 bi-

lhões (hipótese otimista de crescimento de 3% do PIB no semestre) que, em face das despesas de R\$ 94 bilhões, gerariam um superávit primário de R\$ 22,1 bilhões para o governo federal. Essa projeção contempla déficit de R\$ 7,6 bilhões da Previdência (diante dos R\$ 3,7 bilhões do primeiro semestre) em razão do pagamento do 13º salário e do ajuste do OCC mencionado. Para os estados e municípios, adotou-se a hipótese de que cumprirão a meta de R\$ 3,8 bilhões para o ano, enquanto as empresas estatais, cujo resultado primário vem apresentando deterioração, gerariam superávit de apenas R\$ 88 milhões, quando a meta seria de R\$ 3,8 bilhões. Com tal desempenho, o superávit do governo consolidado atingiria R\$ 13,4 bilhões, quase R\$ 4 bilhões inferior à meta do semestre. Essa deficiência de recursos seria parcialmente compensada pelo excedente de quase R\$ 2 bilhões do primeiro semestre, deixando, portanto, cerca de R\$ 2 bilhões em aberto. Essas projeções mostram que a meta de superávit primário de 3,1% do PIB em 1999 (R\$ 30,1 bilhões) é difícil de ser atingida, o que só demonstra a urgência de aprovação das reformas, dada a rigidez do gasto público.

Para dificultar ainda mais o quadro, a CPMF está sendo contestada judicialmente, embora o governo tenha grandes chances de vitória no STF. A maior incerteza, no entanto,

incide sobre a contribuição previdenciária dos ativos e inativos, com maior chance de derrota do governo. Nesse caso, há grandes chances de o STF se decidir pela manutenção da cobrança, porém sem a alíquota progressiva de até 25%, o que significa perda de arrecadação de R\$ 1 bilhão anuais. Outra questão que também deve ser decidida no STF, igualmente com grandes chances de vitória do governo, é a que se refere à contestação do aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3%. A estimativa de arrecadação com essa alteração na alíquota é de R\$ 9,2 bilhões anuais.

Com o reinício das atividades do Congresso, o governo precisa deixar claro que a prioridade do segundo mandato é dar prosseguimento às reformas estruturais. Não podemos esperar que crises e choques externos deixem de ocorrer; a questão é como tais choques encontram os fundamentos da economia brasileira, o que determinará suas consequências sobre as variáveis macroeconômicas, principalmente sobre a taxa de câmbio, os juros e a inflação. As reformas estruturais têm de ser feitas antes das crises, e não como reação a elas; caso contrário, a cada ano podemos esperar um novo pacote de medidas para aumentar a arrecadação que só distorce e torna a economia brasileira menos eficiente. ■

* Economista da Liberal Asset Management.

Governo Consolidado			
Necessidades de Financiamento (em R\$ milhões)			
	1º Sem. 99	2º Sem. 99 *	1999 *
Receita Total do Governo Federal (1)	99.902	106.654	206.556
Demais Receitas/Concessões	10.288	6.416	16.704
Despesa Total do Governo Federal (2)	87.328	94.155	181.483
Outras Despesas de Custeio e Capital	18.242	16.500	34.742
Resultado do Tesouro Nacional	16.242	19.608	35.850
Resultado da Previdência Social	-3.667	-7.610	-11.278
Resultado do Bacen (3)	-300	-250	-550
Resultado do Governo Central (1)-(2)+(3)	12.274	11.998	24.272
Resultado dos Estados e Municípios	2.217	1.678	3.895
Resultado das empresas Estatais	388	-300	88
Resultado total	14.879	13.676	28.255
Meta com o FMI	12.883	17.302	30.185
Deficiência de recursos para cumprimento da meta **	-1.996	3.926	1.930

* Estimativa ** (-) Excesso de recursos em relação à meta (+) Deficiência de recursos em relação à meta